



IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL¹

DENOMINAÇÃO: Comando da Polícia Militar da Paraíba

LOGRADOURO: Praça Aristides Lobo

BAIRRO: Centro

CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO: Século XIX

TIPOLOGIA PRIMITIVA: Arquitetura Civil de
Função Pública

Localizado entre as praças Aristides Lobo e Pedro Américo, que compreendiam o antigo Pátio do Quartel, posteriormente denominado Campo do Conselheiro Diogo, o edifício em pauta teve como função inicial abrigar o teatro público da capital.

Com a autorização dada pela Lei Provincial número 21, de 8 de Julho de 1852, sua pedra fundamental foi lançada a 28 de Janeiro do ano seguinte, sendo iniciada então a construção, que foi contratada com o mestre pedreiro Polari. Em 1857, no entanto, o empreendimento foi paralisado, quando as obras se encontravam à altura das vigas.

Nesse mesmo ano, o governo iniciava a construção, em frente ao porto do Varadouro, do prédio para o Tesouro Público. Concluído este em 1861, logo apareceram diversas fendas nas paredes e, segundo parecer do engenheiro Domingos José Rodrigues, já ameaçava ruína.

Em virtude da urgência em se transferir daí o Tesouro Provincial, decidiram concluir o edifício do teatro, para que nele viesse a se instalar esta repartição, sendo necessário então modificar o projeto para adequá-lo ao novo uso.

A autorização para o prosseguimento das obras foi dada pela lei nº 173 de 3 de Novembro de 1864, sendo as mesmas concluídas em 1868. O edifício contava então com apenas dois pavimentos, sendo suas características formais vinculadas à linguagem neoclássica.

Em 1929, o presidente João Pessoa deu início a uma substancial reforma da edificação para dotá-la de mais dois pavimentos e nela instalar todas as Secretarias de Estado, motivo pelo qual passou a denominar-se "Palácio das Secretarias". Os serviços efetuados pela firma Rafaele Abenante e Cia. se prolongaram pela administração seguinte, só sendo concluídos na época do interventor Gratuliano Brito. Esta ampliação imprimiu ao edifício características neocoloniais, que era uma linguagem recorrente em edifícios públicos

¹Conteúdo elaborado a partir das referências bibliográficas disponíveis no link *Acervo Patrimonial*.



à época, remetendo à arquitetura vernacular brasileira, em oposição aos modelos ecléticos ou revivalistas importados da Europa.

Assim o edifício nunca teve o uso para o qual foi destinado inicialmente. Por volta de 1889, nele funcionavam além do Tesouro, a Secretaria de Instrução Pública, o Tribunal do Juri e a Escola Normal, havendo esta última aí se instalado em 7 de Abril de 1885, devido ao fato de o prédio que estava sendo construído à Rua Nova (atual General Osório) para abrigá-la, ainda não estar concluído.

Antes da aludida reforma aí funcionavam o Tesouro Estadual, o Arquivo Público, etc, e após a mesma instalaram-se o Tribunal do Júri, a Repartição de Águas e Esgotos e as Secretarias da Fazenda, da Instrução, das Obras Públicas, entre outras. Porém, com o passar dos anos, o prédio tornou-se obsoleto para o fim a que se destinava, permanecendo nele apenas a Secretaria de Agricultura, juntamente com outras repartições estaduais.

No final da década de 1970, para o prédio foi transferido o Comando Geral da Polícia, que permanece até hoje.

O edifício é tombado pelo IPHAEP, por meio do decreto nº 8.648, de 26 de Agosto de 1980.

